



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Formação Política como Elemento Estratégico de Articulação Internacional da Via Campesina Brasil</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Flávia Braga Vieira<sup>1</sup></b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Professor Adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Desde a década de 1980, os movimentos sociais rurais brasileiros têm investido muito na formação e educação de militantes. No começo, estas atividades eram feitas em parceria com sindicatos e organizações ligadas ao trabalho de “educação popular”. Posteriormente, foram se consolidando espaços próprios de formação que alcançaram o auge em 2005, com a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST. Muitos cursos de educação formal (graduações e pós-graduações) também foram sendo implementados através de parcerias com universidades públicas. No começo, cada movimento realizava seus próprios cursos, mas com o avanço da articulação internacional da Via Campesina (que contribuiu para a articulação também em escala nacional destes movimentos) os cursos foram incorporando militantes de diversas organizações. Anualmente, milhares de militantes passam por cursos no Brasil, sendo que destes, centenas têm outras nacionalidades. Principalmente militantes de movimentos da América Latina, mas também europeus e africanos frequentam os cursos da Via Campesina Brasil. Este artigo pretende explorar a seguinte pergunta: em que medida esta estratégia de formação política compartilhada vem contribuindo para a “exportação” de uma maneira de educar/formar e para a consolidação de um novo internacionalismo?</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimentos sociais, formação política, internacionalismo			
ABSTRACT			
<p>Since the 1980s, rural social movements in Brazil have invested heavily in training and education of militants. In the beginning, these activities were done in partnership with unions and organizations linked to the work of "popular education". Later, their own spaces of training were consolidating, reaching its peak in 2005, with the creation of the National School Florestan Fernandes, from MST. Many courses of formal education (graduate and postgraduate) were also being implemented through partnerships with public universities. At first, each movement performed their own courses, but with the advancement of the international Via Campesina (which also contributed to the articulation of these movements at national scale) the courses had incorporated militants from various organizations. Every year thousands of militants are taking courses in Brazil, and of these, hundreds have other nationalities. Especially militants of movements from Latin America, but also from Europe and Africa, are studying in the courses of Via Campesina Brazil. This article will explore the following question: to what extent this strategy of shared political education has contributed to the "export" of a way of educating/training and for the consolidation of a new internationalism?</p>			
KEYWORDS			
Social movements, political formation, internationalism			

## 1. A formação de militantes na Via Campesina Brasil

Desde sua origem, os movimentos sociais rurais brasileiros têm se defrontado com o debate sobre a formação política e a educação (neste caso a escolaridade formal) de seus militantes, desde a base até os dirigentes. No início, essas atividades eram realizadas em parceria com o movimento

<sup>1</sup> A autora é socióloga, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e Professora Adjunta de Sociologia da UFRRJ. Contato: flaviabv@gmail.com

sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular. O crescimento, fortalecimento e redirecionamento, entretanto, progressivamente consolidou a convicção de que deveriam investir em processos de formação próprios.

O Movimento Sem Terra (MST), primeiro dos movimentos a se organizar e a desenvolver atividades mais autônomas e específicas de formação, afirma, através de seus dirigentes responsáveis pela formação, que os novos espaços e processos de formação foram criados para:

(...) garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros nos âmbitos nacional, latino americano e internacional, e que tivesse como ponto de partida a prática social dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades. (PIZETTA, 2007, p.242)

Os primeiros espaços de formação política criados pelos movimentos, que nos anos 2000 se autodenominariam “Via Campesina Brasil”, foram no sul do país, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Posteriormente se multiplicaram os centros de formação e as escolas de educação formal vinculadas aos movimentos.

A mais expressiva destas experiências é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do MST, que começou a ser construída e elaborada como centro nacional de formação em 1999 e que, fruto de uma campanha internacional de solidariedade, foi inaugurada em 2005 no município de Guararema-SP. No ano de 2002, o MST contabilizava que cerca de 53 mil militantes haviam passado pelos seus cursos de formação, ainda antes da inauguração da ENFF, que multiplicou estes cursos. Muitos destes cursos são apenas para os militantes do MST, mas nos últimos anos uma série deles teve como público-alvo também militantes da Via Campesina do Brasil e Internacional.

Podemos afirmar que, ao longo dos seus mais de vinte anos de existência, o MST vem realizando um movimento de ampliação de seu processo de formação política, que acompanha a transformação pela qual deixou de ser uma organização meramente local e regional e atingiu uma dimensão internacional, a partir de sua vinculação à Via Campesina. (PIZETTA et alli, 2001. p. 3)

A formação política para os movimentos da Via Campesina Brasil é um processo amplo, que se realiza através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. Abrange, portanto, diferentes momentos e estratégias e se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pelas organizações. Neste sentido, formação política se distingue de formação técnica e de educação formal: trata-se de um momento privilegiado de capacitação, que não se resume, de forma alguma, aos cursos de formação.

Na compreensão dos movimentos, o militante se forma politicamente em todos os momentos de sua participação, desde as discussões da base até os congressos nacionais e internacionais. Esse entendimento não descarta, pelo contrário, requer cada vez mais o esforço e a dedicação ao estudo sistemático. A formação política não se concretiza como uma tarefa ou uma responsabilidade exclusiva dos setores de formação dos movimentos, mas perpassa todo o conjunto das organizações.

A formação se constrói então como um conceito de política, preparada e implementada de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios, valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos. (PIZETTA et alli, 2001. p. 4)

Os movimentos sociais se transformam em espaços de construção de novos sujeitos, novos processos educativos na luta social, política e econômica contra o projeto do capital. Essas lutas, com toda sua intencionalidade pedagógica e política, possibilitam aos sujeitos se educarem no próprio “movimento em movimento” (histórico, processual, relacional). É através desse movimento dialógico que os trabalhadores aprendem muitas lições e desenvolvem uma consciência social crítica e organizativa, que o constituem como sujeito coletivo, dando vida ao novo potencial político pedagógico que lhe pertence enquanto classe. (SILVA, 2007, p.55)

Esta visão já está se espalhando por outros movimentos da Via Campesina Internacional, em especial da América Latina, a partir da disseminação de escolas nos moldes da ENFF. O aprendizado alcançado através da participação de militantes de outros países nos cursos Via Campesina Brasil acabou por exportar uma concepção de formação, como se pode perceber na passagem abaixo, retirada do documento final da IV Conferência Internacional da Via Campesina, ocorrido em junho de 2004, na cidade de Itaiaci (São Paulo, Brasil).

A formação e a capacitação não devem ser conjunturais, devem obedecer aos interesses das organizações e ter um horizonte para onde vamos, com um processo de entradas e saídas para que os educandos tenham opções de se promover de acordo com seus interesses de grupo e individuais. Há escolas e planos de formação na maioria das regiões; algumas com mais tempo, outras em construção de seus estabelecimentos educativos. Não obstante, a escola onde se formam os quadros não deve ser entendida como as quatro paredes que encerram o edifício; a formação se faz na ação, no acompanhamento, nas lutas de massas e no exemplo (TORREZ, 2003, p. 29-30, citado em PIZETTA et alli, 2001. p. 5)

Mas os processos de aprendizado dos movimentos da Via Campesina não são apenas de formação política. Existem nas organizações como o MST e o MAB também “setores de educação” que desenvolvem projetos de educação formal tais como: cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos; participação em escolas de ensino fundamental e médio dentro e nas proximidades de assentamentos e reassentamentos; cursos universitários em parceria com universidades públicas, etc. Para se ter uma ideia do vulto de tais iniciativas, só o MST participa da gestão de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos que garantem o acesso à educação a mais de 160 mil crianças e adolescentes e que alfabetizaram 50 mil adultos e jovens nos últimos anos (CALDART, 2001).

A educação (formal), assim como a formação, é entendida como um processo integral que atravessa todos os momentos da vida dos militantes sejam eles crianças, jovens ou adultos. Se os cursos de ensino fundamental e médio são geralmente mais próximos e acessíveis às famílias camponesas, contribuindo para esta integralidade do processo educativo, o mesmo não acontece

com os cursos de nível técnico e superior, quase sempre realizados em cidades, isto é, afastadas do cotidiano do trabalho e da vida rurais.

Como, então, assegurar, como se pretende, que o processo educativo integre educação e vida rural? Este desafio, por assim dizer, está no centro das estratégias educacionais, já que todos os movimentos da Via Campesina criticam as escolas tradicionais por afastarem os educandos da vida rural, contribuindo para acentuar o êxodo rural dos mais jovens.

Para responder a este desafio, os movimentos desenvolveram a chamada “pedagogia da alternância”, que combina um tempo na escola (alguns meses) com um tempo de volta à comunidade (o restante do ano). As tarefas escolares são desenvolvidas levando em conta estes “tempos”. A pedagogia da alternância também vincula mais diretamente o currículo dos cursos com as demandas concretas de formação dos participantes, à medida que implica num ir e vir constante entre a prática e a teoria, entre a escola e a comunidade, entre o ensino e o trabalho/família.

Um dos principais desdobramentos da ação educativa dos movimentos e de articulação da ação educativa com a ação formativa é a parceria com universidades públicas. Desde 1994, o MST vinha fazendo experiências de parceria com universidades através de seu setor de educação, para a formação de nível superior de seus educadores<sup>2</sup>. Em 1999, o setor de formação inaugurou uma parceria universitária, no caso, com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), para a realização do 1º. Curso de Extensão sobre a Realidade Brasileira. Este curso de formação foi replicado país a fora em parcerias com diversas universidades públicas. O MST seguiu fazendo educação universitária em cursos de graduação (Pedagogia, História, Agronomia, Geografia, Administração, Ciências Sociais, entre outros), sempre se utilizando da pedagogia da alternância.

Os demais movimentos da Via Campesina aproveitaram o espaço aberto e, nos anos 2000, estabeleceram uma série de articulações com estas instituições de ensino superior para a oferta de cursos de graduação e de formação voltados, especificamente, para os militantes de movimentos sociais rurais. Inicialmente os cursos de formação eram de extensão, isto é, poderiam ser frequentados por militantes com qualquer nível de escolaridade. Posteriormente, iniciaram-se os cursos de pós-graduação, apenas para graduados<sup>3</sup>. Atualmente existem mais de 100 cursos de graduação, e outros tantos de extensão e pós-graduação, da Via Campesina em universidades públicas brasileiras.

---

<sup>2</sup> Em 1994, surge no interior do setor de educação a necessidade de um Curso Superior de Pedagogia para os educadores, que trabalhavam com as crianças e jovens nas escolas que o Movimento ajudava a gerir. Era, assim, uma possibilidade de aprofundamento e de discussão da proposta educativa do Movimento e de uma formação política mais ampla para os integrantes do curso então proposto. Desta necessidade, surgiu a primeira parceria do MST com universidades brasileiras, no caso, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. (CALDART, 2001)

<sup>3</sup> Desde 2008, a autora deste artigo coordena junto com o Prof. Carlos Vainer, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o primeiro curso de pós-graduação feito em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB (mas que também é aberto para os militantes de outros movimentos populares rurais e urbanos do Brasil e da América Latina), intitulado “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”.

Todas estas iniciativas de educação e de formação deram início a um importante movimento de ampliação e de renovação tanto para os movimentos sociais rurais quanto para as universidades. O debate sobre a democratização do ensino, sobre as metodologias de ensino, sobre os conteúdos lecionados, que surgem quando da instalação e desenvolvimento destes cursos, tem colocado em cheque e contribuído para promover processos de reestruturação também das relações das universidades com a sociedade brasileira em geral e com os setores mais pobres do país, em particular.

Para os movimentos, por outro lado, é uma oportunidade única de se articular, política e institucionalmente, com outros setores da sociedade brasileira, dentre os quais ganham destaque a intelectualidade acadêmica e setores de classe média que frequentam a universidade. Os movimentos costumam afirmar que tais parcerias são parte da estratégia de “ocupar o latifúndio do saber” (em analogia às ocupações de terra), ou seja, os espaços de produção e de socialização de conhecimentos, dos quais as universidades são os exemplos mais evidentes.

Esta articulação com as universidades se faz, portanto, a partir da necessidade tanto de ampliar a esfera de debates das questões rurais na sociedade, quanto de ter acesso ao conhecimento científico, que pode, segundo os movimentos sociais, garantir uma dinâmica entre prática-teoria-prática. Segundo os dirigentes dos movimentos, esta troca pode ajudar a compreender, orientar, corrigir e reorientar as ações das organizações populares e também dos setores mais intelectualizados da sociedade brasileira.

Todas as experiências de formação/educação que os movimentos sociais rurais brasileiros têm desenvolvido nas últimas duas décadas tanto no nível local, quanto nacional, apontam para um processo muito abrangente de percepção de que as lutas e as mobilizações são processos educativos/formativos e que, na via de mão dupla, também são fruto de processos educativos/formativos. Muitas vezes as organizações da Via Campesina Brasil são acusadas de estarem ocupando os espaços e recursos do Estado (escolas e universidades públicas) para fins político-ideológicos. Ora, esta é uma visão estreita, pois os conteúdos inspirados na matriz clássica da formação de esquerda comparecem apenas em parte na extensa gama de cursos, escolas, parcerias institucionais que são reinventadas a cada dia. Por outro lado, setores amplos da sociedade já reconhecem o papel educativo/formativo que estes movimentos estão trazendo para o país e para o desenvolvimento da democracia e da igualdade na sociedade brasileira.

## **2. Formação de militantes e internacionalismo**

Desde o começo dos cursos da Via Campesina Brasil, ou na maior parte deles, a questão internacional, pelo menos sobre a América Latina, sempre esteve presente. De alguma maneira, nos cursos iniciais dos anos 1980 e por conta da influência da tradição da igreja católica latino-

americana, em especial da Teologia da Libertação, houve certo latino-americanismo nesses movimentos.

Quando os movimentos se voltaram para as relações de formação/educação com as universidades, os temas e debates sobre a América Latina surgiram e ressurgiram de diferentes maneiras. Apareceram na forma de cursos inteiros específicos e também de disciplinas que tratavam da história ou do pensamento social e político na América Latina, especialmente o pensamento marxista ou das correntes nacionalistas clássicas de esquerda do continente.

Junto a isso há outro elemento nesses cursos que também aparece como relevante do ponto de vista da questão internacional. Nos anos 1990, tanto na universidade quanto na luta política dos movimentos, o debate sobre a globalização capitalista se colocou e demandou estudos e teorizações. Os cursos dos movimentos passaram, então, a tratar de temas como a história do capitalismo mundial, o debate sobre a globalização, as formas do capital internacional, o imperialismo, como se articulam as corporações multinacionais, entre outros.

Neste mesma conjuntura, os movimentos sociais também estavam progressivamente se articulando internacionalmente. Foi nos anos 1990 que se criou a CLOC e a Via Campesina Internacional<sup>4</sup>. Os movimentos sociais rurais brasileiros foram, ao mesmo tempo, se internacionalizando na luta e se internacionalizando na reflexão sobre os processos de múltiplas reconfigurações do capital, portanto, da luta contra o capital.

A partir dos anos 2000, os cursos passaram a ser frequentados por militantes de outros países, principalmente pelos militantes da América Latina. O MST faz um curso básico de estudos latinos desde os anos 1990 e nos anos 2000, esse curso se tornou anual, tendo como espaço de realização a Escola Nacional Florestan Fernandes. Ao lado dos fóruns, debates, campanhas, em que os militantes das organizações latino-americanas já se encontravam, na formação desse curso, consolidaram-se identidades, proximidades, alianças. Depois desse curso, muitos outros foram sendo feitos com a presença de “compañeros” da América Latina, convidados pelo MST, pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) para integrar, inclusive, cursos formais nas universidades<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Em maio de 1993 foi criada a Via Campesina Internacional, contando com a participação de organizações camponesas de quase todo o mundo. A Via Campesina se reúne em conferências a cada três anos e conta, hoje, com mais de 100 organizações filiadas de todos os continentes. Participam da Via Campesina Internacional as seguintes organizações brasileiras: MST, MAB, MPA, MMC e PJR. Nacionalmente estes cinco movimentos, em conjunto com CPT e FEAB, se articulam na Via Campesina Brasil.

A CLOC surgiu no mesmo processo de articulações que deram origem à Via Campesina. Seu congresso de fundação ocorreu em fevereiro de 1994, na cidade de Lima, Peru. Desde então, a CLOC se reúne a cada três anos e hoje tem 33 organizações filiadas. A CLOC é membro da Via Campesina e sua secretaria ficou sediada no Brasil durante alguns anos.

<sup>5</sup> No já citado curso “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, resultante de acordo entre o MAB e o IPPUR/UFRJ, reúnem-se militantes de 19 organizações, 7 dos quais do México, Venezuela, Colômbia, Equador, El Salvador e Argentina. Dez por cento dos alunos são estrangeiros, de organizações políticas muito diferentes. Alguns são de organizações camponesas filiadas à Via Campesina, mas outros são militantes de partidos, de organizações sindicais.

Recentemente, também por conta dos espaços de encontro da Via Campesina, movimentos de outros países, não apenas da América Latina, foram chamados para os cursos. Hoje já existem militantes de Moçambique e Cabo Verde frequentando cursos da Via Campesina no Brasil. Além de militantes latino-americanos e de países africanos de língua portuguesa, também há alguns militantes europeus, mas o fator “língua” acaba se colocando como limite a esta participação.

A partir dos cursos e de uma ampla estratégia de articulação internacional, deu-se prosseguimento à consolidação de uma cultura política permeada por valores, práticas, estratégias e táticas muito semelhantes. É comum, hoje, em vários encontros de organizações da Via Campesina da América Latina, que as atividades sejam iniciadas por uma “mística”, que a organização do evento esteja dividida entre brigadas ou equipes, que as atividades sejam coordenadas por uma dupla (em geral um homem e uma mulher). Todos estes procedimentos são muito familiares para os que militam ou acompanham nas universidades os movimentos sociais rurais do Brasil. São, contudo, bastante recentes em várias organizações de outros países.

De alguma maneira ainda pouco estudada, a Via Campesina Brasil – e o MST encabeçando este processo – está exportando uma maneira de educar e se organizar, uma “tecnologia” de formação, uma simbologia, uma identidade de luta dos movimentos sociais, pelo menos, para a América Latina. Existe a exportação de uma maneira de fazer formação que é uma experiência particular do Brasil e que agora está permeando outras organizações. Este processo se engendra numa via de mão dupla, pois aprende com a experiência internacional, mas também constrói a experiência internacional através das experiências de formação/educação.

Em parte esta exportação só é possível, pois a própria simbologia e identidade dos movimentos da Via Campesina Brasil se constituiu como uma grande e profunda síntese de diversas culturas políticas. Neste sentido, é fácil que outros movimentos camponeses, em especial os da América Latina, consigam se identificar e incorporar tais formatos. De um lado, há um grande peso de determinadas práticas da sociabilidade camponesa, como os rituais de agradecimento e de louvação da natureza (no momento do semear e no momento da colheita, por exemplo). Por outro lado, há a tradição “mística” e de educação popular da Teologia da Libertação, como assinalado anteriormente. Por fim, há uma grande influência dos conteúdos, reflexões e formas organizativas das experiências revolucionárias da esquerda do continente, como Cuba e Nicarágua.

A cultura política se estrutura sobre uma complexa combinação de elementos herdados do marxismo revolucionário latino-americano dos anos 60, da Teologia da Libertação, das lutas democráticas contra a ditadura militar dos anos 70 e 80 e de movimentos ecologistas e libertários pós-marxistas. (VAINER, 2001)

---

Este é um exemplo claro e comum de que se formam múltiplas alianças bilaterais através de contatos internacionais que os Movimentos realizam.

A síntese que os movimentos da Via Campesina Brasil realizaram na constituição de sua própria cultura política é uma síntese inteligível para outros movimentos camponeses. Os cursos e programas de formação e educação cumprem um papel importante na difusão desta cultura política, mas não são o único mecanismo. O intercâmbio internacional de militantes para troca de experiências, visitas, estágios de vivência também o são. Além disso, há os espaços próprios de articulação da Via Campesina internacionalmente que aglutinam não apenas a tradição latina, mas uma experiência em escala global.

Um exemplo claro desta influência dos movimentos camponeses brasileiros nos espaços internacionais ocorreu na IV Conferência da Via Campesina Internacional que ocorreu, em junho de 2004, na cidade de Itaici (São Paulo - Brasil). A Conferência de Itaici estava sob responsabilidade do MST e dos outros movimentos brasileiros da Via Campesina, e reuniu mais de 400 delegados de 76 países. O comitê organizador teve como principal característica a inclusão de linguagens e processos diferenciados de debate. A utilização de “místicas”, a manifestação cultural espontânea, as palavras de ordem em diferentes línguas, músicas, festas e cerimônias variadas deram o tom do evento.

Estas místicas ajudaram a quebrar as barreiras linguísticas e estabelecer bases comuns, acentuando o significado cultural das sementes e das cerimônias de plantio, a história de opressão e repressão, e a determinação em sobreviver apesar das enormes ameaças. [...] Muitos participantes que compareceram a IV Conferência Internacional disseram que nunca antes haviam experimentado tal senso de comunidade em nível internacional. (DESMARAIS, 2007, p. 188)

### **3. Considerações finais**

Os processos descritos neste trabalho sugerem, de um lado, a permanência da questão que tem assombrado os movimentos de classe e populares há quase dois séculos: como enfrentar o déficit de saberes sem cuja superação será praticamente impossível desmontar a máquina sistêmica que produz e reproduz a desigualdade, isto é, a condição subalterna das classes e grupos sociais que estes movimentos pretendem representar? A experiência da Via Campesina Brasil sugere que há algo de novo sob o sol. Não estamos diante de uma simples reprodução das velhas “escolas de partido”. A diversidade, multiplicidade e variedade dos formatos e conteúdos dos cursos mostram uma riqueza realmente nova e inovadora. Cursos de alfabetização, cursos técnicos, cursos superiores formais e informais, escolas e programas próprios, cursos em universidades públicas formatados sob medida, programas para inserção de militantes em cursos superiores de determinadas carreiras profissionais, certamente estamos diante de algo novo.

Embora de maneira diferenciada, todos os programas e cursos visam vários e inseparáveis objetivos: conferir educação formal, qualificar técnica e profissionalmente, desenvolver a



consciência política crítica, construir e consolidar a identidade unificadora dos militantes de cada movimento, construir e difundir a cultura política específica dos movimentos e, de modo mais amplo, da Via Campesina, formar dirigentes aptos a organizar e conduzir processos de organização e luta de base.

A questão internacional está presente de várias maneiras nestes processos formativos. Em primeiro lugar, os cursos, mesmo aqueles de natureza local, consagrados à educação formal elementar, introduzem conteúdos associados à globalização e à necessidade da solidariedade internacional dos povos. Se há alguns anos o nacionalismo era ainda traço dominante em vários segmentos destes movimentos, é possível afirmar que hoje a solidariedade internacional, na tradição do internacionalismo dos movimentos socialistas, está fortemente ancorada. Cartilhas, materiais educativos, aulas, cursos são fortemente marcados pela questão do contexto internacional das lutas, pela necessidade da unidade dos movimentos de diferentes países. É também forte o investimento na formação de uma identidade latino-americana que, no Brasil, nunca antes teve a força e enraizamento alcançados nos países de língua espanhola.

Ainda mais recentemente, a questão internacional, como se observou anteriormente, se atualiza pela integração de militantes convidados de movimentos de outros países latino-americanos a integrarem os cursos. Pelos custos envolvidos, este tipo de experiência tem estado, até agora, restrita a cursos de escopo nacional. Mas se os cursos nacionais já eram importantes para a construção de uma geografia política mental que transcende a experiência local imediata, a presença de “compañeros” de outros países parece marcar profundamente e enriquecer enormemente a vivência e o aprendizado nestes cursos. Ouvem-se histórias de outros países, trocam-se experiências, identificam similitudes e descobrem-se diferenças na forma de atuar dos movimentos e de seus adversários. Assim, militantes populares de base têm a oportunidade de viver a experiência do contato inter-individual que congressos e reuniões internacionais até recentemente ofereciam apenas a acadêmicos e militantes de organizações não governamentais com meios para deslocarem-se para encontros e eventos internacionais. Embora seja difícil mensurar o impacto, parece indiscutível que esta inovação educativa terá importantes consequências futuras na elevação da capacidade de intervenção destes movimentos na escala continental e global.

O exame, mesmo se superficial, das estratégias e práticas de educação/formação levadas adiante pela Via Campesina Brasil nos últimos anos impressiona, em primeiro lugar, pelos números: são milhares de cursos, dos mais variados tipos e conteúdos, dirigidos a públicos diferenciados (jovens, mulheres, dirigentes, analfabetos, etc). São dezenas de milhares de formandos. A concepção, organização e realização destes cursos têm envolvido centenas de militantes dos setores de educação/formação das organizações locais, regionais e nacionais.

O estreito contato nacional e internacional propiciado por estes programas de educação/formação e a forte presença dos temas internacionais nos conteúdos trabalhados são certamente uma nova e importante característica da ação dos movimentos da Via Campesina Brasil. Certamente, estes são fatores que contribuem para a construção de visões e linguagens compartilhadas acerca dos problemas nacionais e internacionais. Em que medida a troca internacional de militantes, de tecnologias de formação e educação, assim como das linguagens dos movimentos populares, podem estar sedimentando uma cultura política internacional dos atores “de baixo”? Quais serão as consequências da emergência destes novos atores na cena global, em concorrência com as ONGs que, até agora, detiveram praticamente o monopólio da representação da chamada “sociedade civil global”? Qualificados, aptos a elaborar e enunciarem um discurso “competente”, unidos em torno de linguagens, conceitos e uma cultura política, serão eles bem-vindos num cenário até hoje dominado pelos intelectuais e acadêmicos de classe média, sejam eles quadros dos governos nacionais, das entidades multilaterais ou das organizações não governamentais?

A circulação internacional de militantes destes movimentos, o papel de destaque que jogam na Via Campesina Internacional, e a presença de centenas de militantes de movimentos sociais de outras nacionalidades a cada ano nos cursos brasileiros são fortes indícios de que este saber acumulado a respeito da formação/educação pode trazer frutos também para a redução das desigualdades em outros países e na escala internacional. Talvez já seja possível afirmar que os movimentos rurais brasileiros estão “formando escola”.

### **Referências Bibliográficas**

- CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST. RJ: Vozes, 1997.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: Revista Estudos Avançados, vol.15, no.43. São Paulo, set./dez, 2001.
- CASTRO, Carmem V. S. Reflexões do processo de pesquisar as relações sociais entre MST e universidades públicas. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.4, n.1, dez/2009.
- DESMARAIS, Annette. La Vía Campesina: globalization and the power of peasants. London: Pluto Press, 2007.
- ESCOBAR, Arturo. Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In Santos, Boaventura de Sousa (org.) Conhecimento prudente pra uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo, Cortez, 2004, pp. 639-666.

- GONÇALVES, A. J. Gênese, crise e desafios da Teologia da Libertação. In: ADITAL, 27/06/2007.  
<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=28241>
- LÖWY, Michael. A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. In: ADITAL, 04/09/2009.  
<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=40899>
- PIZETTA, Adelar J.; BEZERRA, Cristina S.; RODRIGUES, Mônica A. Grossi. A parceria UFJF/ENFF-MST: experiência e produção de conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latinoamericanos. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, edição especial, fev/2007.
- PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO). Ano VIII, nº 22, set/2007.
- SANTOS, Esmeraldo Leal dos. Juventude, Formação Política e Identificação no MST. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, edição especial, fev/2007.
- SILVA, Gilvânia Ferreira da. A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, edição especial, fev/2007.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- TORREZ, Fausto. A necessidade da formação e capacitação para os camponeses e camponesas. In VIA CAMPESINA. IV Conferência Internacional da Via Campesina. Honduras: Peres, 2003.
- VAINER, Carlos. Building Transnational Civil Society: notes from the periphery - Discussion Paper for the Conference Building Transnational Civil Society. Harvard University, 2001.
- VIEIRA, Flávia Braga. Do confronto nos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens. Dissertação de Mestrado, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2001.
- VIEIRA, Flávia Braga. Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda Editorial. No prelo (publicação prevista: setembro de 2010).